



MEMÓRIAS MÚLTIPLAS E PATRIMÔNIO CULTURAL EM REDE: O REGISTRO (AUTO) BIOGRÁFICO DIANTE DA AMEAÇA DA PERDA

VENERA, Raquel Als

Professora do Programa de Pós-graduação em Patrimônio Cultural e Sociedade, MPCs.

raquel.venera@univille.br; raquelsenavenera@gmail.com

58

Resumo:

Esse artigo é um recorte de pesquisa que busca registrar e organizar em rede as Histórias de vida de pacientes acometidos pela Esclerose Múltipla, em Joinville e região, em uma aposta de que o registro (auto) biográfico pode se configurar uma produção heurística diante da ameaça da perda da memória. O destaque desse artigo é a aproximação com as áreas da Saúde, da Memória e do campo do Patrimônio Cultural que permite trazer à tona desafios que tencionam entre a objetividade científica e a subjetividade dos sujeitos envolvidos nos processos de identificação/significação do sujeito doente, dos significados atribuídos à experiência temporal de vida e de memória mobilizados em diferentes contextos de formação ao longo da própria vida.

Palavras-chave: Patrimônio Cultural; Interdisciplinaridade; Memória.

Abstract:

This article is a clipping of research that seeks to register and organize the networked life stories of patients affected by multiple sclerosis, in Joinville and region, in a bet that the record (auto) Biographical can configure heuristic production before the threat of memory loss. The highlight of this article is closer to the areas of health, memory and Cultural heritage field which allows you to bring up challenges that are between the scientific objectivity and subjectivity of the subject involved in the processes of identification/meaning of the sick, of the meanings attributed to the temporal experience of life and memory used in different contexts of lifelong learning of life itself.

Keywords: Cultural Heritage; Interdisciplinarity; Memory.



Às vezes ouço falar que a busca das histórias de vida dos outros
é uma forma de nos conhecermos.
Eu, retrospectivamente como sempre,
sinto que o que me ajuda a falar com as pessoas
é que eu não tenho certeza de quem eu sou. [...]
Justamente, acho que eu vou buscar um pouco da minha identidade no outro.
O outro é constitutivo do 'eu'.
Enfim, sem o outro eu não existo e vice-versa.
(Eduardo Coutinho, 2006)

Esse artigo é a primeira socialização de um projeto de pesquisa que nasceu assumindo ser um esforço de buscar nas histórias vida o jogo da alteridade e identidade na relação entre pesquisadores e sujeitos pesquisados, como já dizia Boa Ventura de Souza Santos, ainda na década de 1980 do século XX, quando argumentava a favor de uma ciência posta em diálogo entre as ciências naturais e as ciências sociais. Uma ciência onde o autor, pesquisador e sujeitos do mundo estariam no centro do conhecimento, sem nenhuma essência de natureza, mas capaz de criar inteligibilidades, conceitos que derretam as fronteiras que a ciência moderna instituiu. Uma produção do conhecimento que se assume subjetiva sem perder de vista a objetividade científica do método. “Memórias Múltiplas” é um projeto que busca registrar e organizar em rede as Histórias de Vida de pacientes acometidos pela Esclerose Múltipla, em Joinville e região, no norte do estado de Santa Catarina, em uma aposta de que o registro (auto) biográfico se configure uma produção heurística diante da ameaça da perda da memória. A pesquisa estará alçando no tabuleiro do jogo da memória e identidade, do esquecimento e alteridade junto a sujeitos marcados por experiências muito particulares em um mesmo tempo e contexto contemporâneo. Santos (1985) já havia registrado que nesse tipo de pesquisa

A nudez total, que será sempre a de quem se vê no que vê, resultará das configurações de analogias que soubermos imaginar: afinal, o jogo pressupõe um palco, o palco exercita-se com um texto e o texto é a autobiografia do seu do seu autor. Jogo, palco, texto ou biografia, o mundo é comunicação e por isso a lógica existencial da ciência pós-moderna é promover a ‘situação comunicativa’ tal como Habermas a concebe (SANTOS, 1985, p. 45)

Assumindo o território borrado entre sujeito pesquisador e sujeitos pesquisados esse artigo privilegia o lugar interdisciplinar do campo do Patrimônio Cultural e se propõe aberto a diálogos entre campos de conhecimentos em uma aposta de que a produção desse diálogo potencialize o trabalho da pesquisa em andamento que vem investindo na escuta de vozes múltiplas que comunicam Histórias de Vida marcadas pela Esclerose Múltipla. Essa aposta interdisciplinar responde as complexas demandas de uma doença crônica, ainda em fase de



investigação das suas manifestações e possibilidades prognósticas, e especialmente ao conhecimento das experiências reais de sujeitos que convivem com essa doença. Ou seja, a potente construção do conhecimento no diálogo com o domínio disciplinar diante de problemas complexos. E, a vida atravessada pela Esclerose Múltipla é a questão complexa posta nesse artigo.

A Esclerose Múltipla, EM, é uma doença neurológica crônica cujas características são imprevisíveis. É comum que os pacientes relatem diferentes sintomas e essa variação é causadora de uma incerteza bastante grande, ou seja, nunca se sabe o próximo evento. A prevalência do aparecimento da doença é em um momento da vida de muita atividade, entre 16 a 60 anos, no entanto, existem exceções da EM na primeira infância e após os 60 anos. As pesquisas de caracterização da EM relatam que seu aparecimento é mais comum entre mulheres e indivíduos da cor branca ou ainda em áreas de clima temperado, além de depender de uma pré-disposição genética. A EM é entendida como uma doença autoimune na qual o próprio sistema imunológico dirige-se contra vários elementos celulares do sistema nervoso central. As pesquisas no campo da neurologia apontam que os sintomas da EM podem incluir perda de visão, visão dupla, rigidez espástica, fraqueza, falta de equilíbrio, dormência, dor, problemas no controle vesical e intestinal, fadiga, mudanças emocionais e comprometimento cognitivo em diferentes. Esses sintomas somados a um momento de vida – 16 a 60 anos, em que a família e a carreira estão em desenvolvimento – em que as escolhas são imperativas e especialmente em um contexto contemporâneo de exigências rápidas de expertise no mundo do trabalho, podem trazer aos pacientes, significações tão negativas quanto à própria doença.

Dessa forma, ouvir as histórias de vida dos pacientes podem dizer muito sobre a forma como pessoas comuns, homens e mulheres ordinárias significam a própria vida com uma limitação interna. Pesquisas no campo da saúde têm produzido bastante dados inéditos e objetivos sobre a EM e pesquisas como essa, nas ciências sociais, intentam visibilizar as subjetividades produzidas na relação com a doença. Dessa forma essa interdisciplinaridade possui como desafio não apenas a doença em si, mas a forma como, no mundo contemporâneo, esses sujeitos significam a EM. Como representam a si mesmos diz respeito a dois registros de conhecimentos articulados: (i) o funcionamento de uma singularização, uma trajetória única de quem vive a experiência da Esclerose Múltipla e (ii) em um processo de subjetivação contemporânea muito mais relacionada com os sentidos sociais disponíveis sobre a Esclerose Múltipla.



A interdisciplinaridade é a potencialidade desse estudo e a aproximação com a área da Saúde, a Memória e o campo do Patrimônio Cultural permite trazer à tona desafios que tencionam entre a objetividade científica e a subjetividade dos sujeitos envolvidos nos processos de identificação/significação do sujeito doente, dos significados atribuídos à experiência temporal vida e de Memória mobilizados em diferentes contextos de formação. Vale explicar nesse texto que tem-se procurado entender e definir interdisciplinaridade como diálogos a partir de lugares disciplinares, mas que produza ferramentas de pesquisa que não se localizam em territórios disciplinares. É importante dizer que, embora seja observável uma instabilidade muito grande no sentido que tem ganhado a palavra “interdisciplinar”, tem-se defende as discussões acerca das possibilidades de diálogos e “convívios disciplinares” sem uma promessa epistemológica messiânica e redentora, como apontado por Veiga Neto (1996).

Ao reconhecer a importância dos mecanismos que acionam sentidos (auto) biográficos, a narração oferece acesso à maneira como os doentes de Esclerose Múltipla se significam de forma singular, mas igualmente, sobre os sentidos disponíveis sobre a doença no imaginário social. Ao mesmo tempo, ainda que no presente a indústria farmacêutica e as pesquisas médicas oferecem perspectivas de tratamentos, cada vez menos agressivos e mais otimistas, o imaginário da perda de memória ainda é grande e afeta, em grande medida as perspectivas de futuro dos doentes.

Em um cenário contemporâneo de exigência produtiva, rapidez e competitividade, o intenso fluxo de informações nos oferece a sensação de domínio da História e das riquezas culturais da humanidade, além do impacto subjetivo de exigência de excelência e da “realização de si”. No entanto, como conquistar democraticamente um mundo onde as histórias de pessoas comuns se tornem reconhecidas como patrimônios culturais? Como considerar as formas como as subjetividades se fazem nesse contexto contemporâneo? E como subjetivam os corpos acometidos por doenças crônicas que os põe em desvantagens físicas e psíquicas nesse contexto? Como essas Histórias podem ser parte daquela “História” oficial, reconhecida como verdade e legitimada? Com essas interrogações esse artigo apresenta um breve “constructo disciplinar” que sintetiza os lugares de articulação disciplinares a que se propõe o desenvolvimento inicial da pesquisa citada: na primeira parte trata-se da apresentação do posicionamento teórico da afirmação “Histórias de Vida como Patrimônio Cultural”; na segunda parte privilegiam-se as leituras acerca da concepção de memória e de identidade e; na



terceira parte, explicita-se o diálogo estabelecido com uma análise advinda de pesquisas (auto) biográficas no campo da Saúde.

HISTÓRIAS DE VIDA COMO PATRIMÔNIO CULTURAL

As reflexões a seguir possuem uma relação de herança com as produções advindas da História Social e História Cultural e do compromisso em ouvir e incluir as experiências cotidianas das pessoas na História. Trata-se de uma filiação a epistemologias históricas propostas especialmente no período pós-guerra e que colocam em rasura a História oficial, contada para salvaguardar os feitos de sucesso dos grandes personagens, da economia e da política dos Estados Nação. Foram formas no campo da História, experimentadas no século XX, de responder a uma espécie de colapso da ideia de verdade absoluta nas ciências humanas e sociais e expressas como uma tendência que se materializou no que ficou conhecido como Escola dos Anais, depois chamada Nova História, na França e a Nova Historiografia marxista, na Inglaterra. Autores como Marc Bloch e Lucien Febvre inauguraram as críticas propositivas na França e, de forma interdisciplinar, possibilitaram que outras gerações como Fernand Braudel, Jacques Le Goff, Philippe Ariés, Pierre Nora e tantos outros consolidasse um jeito de fazer História muito mais incluída. Da mesma forma, mas por outros caminhos, a História Social, ou nova historiografia marxista, na Inglaterra, marcada pela atuação militante de esquerda dos anos de 1950, que romperam tanto com uma historiografia positivista, conservadora e simplificada quanto com o que Eric J. Hobsbawm (1982, p. 248) chamou de “marxismo vulgar”, ou uma historiografia simplificada que narrava História binária entre a classe dominante e a classe dominada, ou ainda uma interpretação econômica da história. Autores ainda, como Raymond Williams, E. P. Thompson, Christopher Hill seguiram nessa mesma linha marcando a forte tradição diferencial dos estudos empíricos com análise social extra muros das universidades e independentes da esquerda comunista inglesa.

Essas duas tradições, embora bastante diferenciadas, tanto na sua gênese quanto em seus desdobramentos de ações ao longo da historiografia do ocidente no século XX, comungam de um bem cuja herança foi, além da crítica ao positivismo, dar a História uma mudança paradigmática e de procedimentos de investigação, ou seja, enxergar o cotidiano onde a vida acontece, um lugar diferente, de um ângulo em que a sua materialidade e suas finalidades, de fato, se destaquem na História: a História da vida das pessoas comuns em relação à História.



Essa é a herança de que esse trabalho se filia situando-o em sua história nesse mesmo movimento de rupturas epistemológicas do século XX. As transformações sociais e políticas do século XX emprestaram ao campo do Patrimônio um contexto de mudanças de perspectivas e o reconhecimento de “novos e cada vez mais novos patrimônios” que estendem desde os já conhecidos objetos e arquiteturas salvaguardados por legislações e técnicas de preservação, até os mais diversos saberes e modos de vida de múltiplas comunidades, tribos ou grupos sociais. Embora o campo tenha se debruçado exaustivamente sobre a definição binária de patrimônio material e imaterial, essa pesquisa assume o termo Patrimônio Cultural entendendo que ambos os sentidos são contemplados e, ainda que existam diferenças reais de visibilidade, eles não são antagônicos e nem se opõem.

A incessante evocação de patrimônios a partir do pós-guerra traz ao campo um universo absolutamente heterogêneo ao mesmo tempo em que desnuda uma luta por preservações de memórias, sentidos hegemônicos de identidades e legitimidade de possíveis passados que supostamente valem mais a pena ser lembrados em detrimento de tantos outros esquecidos. Nesse aspecto, o campo do patrimônio se revela uma batalha discursiva na contingência do presente, porém, um campo de luta por passados que devem ser mantidos, ensinados ou esquecidos em função de horizontes de expectativas que se projeta ao futuro.

As pesquisas no campo do patrimônio podem ser sintetizadas a partir de dois movimentos bem marcados, ambos interdisciplinares: aqueles que recortam os seus interesses de forma restrita as orientações técnicas sobre a materialidade em questão e assim as legislações que asseguram sua preservação e aqueles que investigam, sobretudo, o modo de vida no patrimônio, as apropriações patrimoniais, seus fluxos e técnicas de poder e significações coletivas, bem como os desejos de patrimonialização de marcas dos diferentes grupos sociais.

O historiador Dominique Poulot ao historiar o campo do Patrimônio no ocidente sugere haver três imaginários sobre o patrimônio, como o “lugar da pessoa pública, em particular a figura do rei, lugar da história edificada, lugar da identidade cultural” (POULOT, 2009, p. 14). Além desses imaginários são também possíveis de ser mapeada uma operação que toca a legitimação, que por sua vez, convoca o aspecto técnico antropológico, histórico e jurídico e por conta disso justifica-se, sua necessidade pedagógica da transmissão. Ao mesmo tempo, outra operação relaciona-se à identidade e cultura. No Brasil, esses imaginários são visivelmente marcados nas políticas patrimoniais assumidas pelo Instituto do Patrimônio



Histórico e Artístico Nacional, IPHAN, e anteriormente Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, SPHAN.

Os objetivos de criação desse órgão na política de gestão do ministro da educação e saúde, Gustavo Capanema, já nos oferecem pistas da aproximação defendida nesse artigo. Foi na gestão dele, nos anos de 1934 a 1945, que foi oferecida a Rodrigo Melo Franco de Andrade e Mario de Andrade a tarefa de criar um projeto de preservação do que seria a Cultura Brasileira. Os objetivos carregados de sentidos de definição do que seria essa “cultura brasileira”, e criação de políticas de assimilação pedagógica do nosso passado e da construção de uma suposta identidade. Os três imaginários sugeridos por Poulot (2009) e os movimentos que usei para organizar as pesquisas no campo do patrimônio são claros na gênese de criação do IPHAN no Brasil e carregavam a crença da formação do cidadão pela instrução sobre o Estado-Nação, “o senso do patrimônio é dominado, assim, pela pedagogia de sua divulgação” (POULOT, 2009, p. 14)

Em pleno Estado autoritário vivemos duas frentes conceituais de patrimônio, opostas – o movimento cultural renovador, proposto por Mario de Andrade e um projeto condizente ao Estado Novo, a frente de Rodrigo de Melo e Franco. Ambos os projetos possuem vida longa e tencionam no campo da política ainda hoje. O Decreto n. 22.928/1933 criou o Monumento Nacional na cidade de Ouro Preto e em seguida o de n. 25/1937 cria o SPHAN que regula o tombamento como forma de proteção. Esses dois acontecimentos registram que as idéias de Rodrigo de Melo e Franco estavam sendo levadas a cabo e os sentidos discursivos do Patrimônio se fixaram em salvaguarda e preservação de bens móveis e imóveis de interesse público, vinculados aos fatos memoráveis da história brasileira (portuguesa no caso da colônia). Esse interesse é legitimado pelo valor técnico arqueológico, etnográfico, bibliográfico ou artístico.

Esse agenciamento que se fez hegemônico ao longo da história, sempre esteve em tensões com outros agenciamentos considerados menos nobres. Mario de Andrade elaborou um anteprojeto de lei para a criação do SPHAN, respondendo a demanda de que “defender o patrimônio histórico é forma de alfabetização”. Agencia que não se fez hegemônica naquele momento, porém foi uma das inspirações da Carta de Veneza de 1964, cujo teor ampliava o conceito de patrimônio cultural também nas artes populares e não apenas de valorização nacional, mas também particulares. Esse conceito operou de forma periférica por longos anos, em embora as ideias de Rodrigo Melo e Franco que se transformaram em Leis que



determinaram a hegemonização de sentido de materialidade para o campo, as ideias de Mário de Andrade estiveram em disputa pela hegemonia.

Desta feita foi garantida a preservação de patrimônios materiais e o ensino pedagógico pautados em agenciamentos coletivos de enunciação muito específicos. Por exemplo, uma breve observação nas leis de tombamento dos patrimônios de 1938 a 1981 se verifica a visibilidade das experiências vitoriosas da etnia branca, da religião católica, do Estado e da economia nacional representada nas fazendas de café, sobrados urbanos e casas da elite política econômica. Considero esses tombamentos como agenciamentos coletivos de enunciação que marcam os processos de subjetivação relacionados ao patrimônio cultural durante longos anos. Esses patrimônios regulam sentidos subjetivos de valores sobre o mundo, sobre o que é importante lembrar e o que não possui importância para preservação.

Após a segunda abertura política brasileira, e por consequência a Constituição Federal de 1988, esse quadro sofreu algumas transformações. O Artigo 216 dessa carta constitucional se refere ao patrimônio como bens corpóreos ou incorpóreos, vistos de forma individual ou coletiva, de natureza material ou imaterial. O patrimônio não perde sua natureza educativa, porém, ganha sentidos mais amplos relacionados ao exercício da cidadania e a expressão da democracia. Poulot anuncia que:

Na virada do século XX para o XXI, o patrimônio deve contribuir para revelar a identidade de cada um, graças ao espelho que ele oferece de si mesmo e ao contato que ele permite com o outro: o outro de um passado perdido e como se tornado selvagem; o outro, se for o caso, do alhures etnográfico. (POULOT, 2009, p. 14)

Nesse aspecto esse contexto não marcou apenas uma virada de século, mas uma “virada” nos sentidos que estavam em disputas no campo. E é dessa “virada” nos agenciamentos coletivos de enunciação relacionados ao Patrimônio que importa pensar nesse artigo. No entanto, tem-se claro que ao se falar de “virada” não significa dizer que agenciamentos anteriores foram cancelados, ao contrário eles aparecem repetidos muitas vezes em formatos diferenciados. Assistimos nesse contexto a uma virada também nos sentidos clássicos de cultura nas políticas, a emergência de sentidos múltiplos, potentes para alimentar e consolidar as pluralidades identitárias as múltiplas representações sobre os grupos.

As pesquisas nesse campo vêm sendo cada vez mais acionadas tanto pelas políticas de cultura que tem na UNESCO sua principal defensora de “ações em favor do patrimônio”,



tornando-o “frequentemente, a vanguarda de uma democratização cultural” (POULOT, 2009, p. 201), quantos pelos Estudos Culturais que oferecem respaldos epistemológicos tanto em defesa de uma vocalização testemunhal das minorias e dos mais diversos grupos, quanto também, e principalmente, de problematizações sobre a frenética, e por vezes essencializadora, patrimonialização em um mercado de passados.

Nesse campo, os estudos especialmente de Paul Thompson (2006) tem defendido a História de Vida como patrimônio da humanidade, ou seja, ao encontro das tendências das pesquisas no campo da História, a chamada História Oral (termo que será explicado mais a frente nesse projeto), segundo ele:

é considerada atualmente parte essencial de nosso patrimônio cultural. Essa é uma situação muito nova e, olhando para o futuro, acho que há possibilidades imensas, por exemplo, para criar novas conexões entre as pessoas em mundos sociais e geográficos diferentes; através do oral, criando novas solidariedades e novos entendimentos (THOMPSON, 2006, p. 19)

Desta forma, os trabalhos com as Histórias de vida se consagram nas contingências internacionais no campo do Patrimônio, propostas pela UNESCO, quais sejam, a democratização cultural em defesa da garantia das vozes dos grupos e de seus diferenciais que até o século passado não eram incluídas no que chamamos bens culturais patrimoniáveis.

A CONCEPÇÃO DE MEMÓRIA E IDENTIDADE

Nesse artigo, escolheu-se o recorte de algumas bibliografias básicas estudadas na disciplina “Memória e Identidade”, do MPCPS, por entender que seja esse um locus privilegiado para o estudo do objeto de pesquisa em tela. Elaborar um breve mapa de leitura não é um trabalho fácil, considerando os campos de conhecimento estudados na História e os numerosos autores lidos. O destaque deste direcionamento epistemológico é importante e oportuno, porque ele já explica a filiação de sentidos que vem, em grande medida, marcando o recorte de leitura dos historiadores. No campo da História se estuda o conceito, principalmente, a partir das ciências sociais, da psicologia social e da filosofia, ou seja, ainda que se fale sobre no campo privilegiado da História nos estudos conceituais da Memória e Identidade, reconhece-se que este já é marcado por uma apropriação interdisciplinar. Entre tantos autores, certamente muitos



não serão citados nesse mapa de leitura, o que não significa que são menos importantes, mas apenas indica os limites de um texto e de um mapa que se propõe breve e incompleto.

As ciências sociais têm em Maurice Halbwachs uma referência para pensar a memória. Nos currículos de formação do historiador é improvável que esse autor não seja estudado, direta ou indiretamente nos textos de autores que foram influenciados pelas suas obras, ou para contestá-lo ou para nele se ancorar. Halbwachs possui uma longa e rica trajetória acadêmica que o possibilitou organizar seu pensamento acerca da memória a partir de diversos campos do conhecimento. Antes de ler sua obra é importante localizar o local de onde ele fala.

Na França, final do século XIX, foi aluno de Henri Bergson por sete anos e em suas obras a influência desse mestre filósofo é perceptível no que diz respeito aos conceitos de “duração” e “memória hábito”, no entanto, apresentou discordâncias em relação à “memória pura”. Ainda na filosofia, porém na Alemanha, sofreu influência do pensamento de Gottfried Wilhem Leibniz. Mas, foi com o auxílio da sociologia durkheimiana – os estudos sistemáticos/comparativos de padrões de comportamento – que reorganizou os conceitos elaborados por Bergson. Estudou assuntos relacionados ao direito, economia, ciências políticas e marxismo e de volta a França foi colega de Lucien Febvre e Marc Bloch, da primeira geração da Escola dos *Annales*. Esse último está entre aqueles que criticaram seu método pautado no positivismo da sociologia durkheimiana, argumentando que os fatos históricos são produzidos na ação do historiador, e dessa forma, as memórias coletivas não poderiam ser estudadas como efeitos das ações sociais, nem percebidas a partir de padrões de comportamentos.

Os estudos de Halbwachs também tangenciaram alguns pensamentos freudianos, o que influenciou, anos mais tarde, a leitura dos seus pensamentos no campo da psicologia social. Na obra “Memórias Coletivas”, afirma que as memórias individuais e as memórias coletivas interpenetram. Se a primeira utiliza-se da segunda para preencher possíveis lacunas ou confirmar dados lembrados, a segunda “envolve as memórias individuais, mas não se confunde com elas” (HALBWACHS, 1990, p. 55). A memória individual é acessada a partir de dados fixados no social, ou seja, palavras, ideias, sentidos que o indivíduo não inventa, mas empresta do mundo em que vive. Desta forma, a memória dos indivíduos será sempre conectada à memória coletiva e estará limitada ao espaço e ao tempo. Essa ideia rompe com o que se pensava até então sobre a memória, pontuando-a em uma explicação apenas orgânica e individual.



Quanto à memória coletiva – também limitada ao tempo e ao espaço –, a leitura da obra nos leva a interpretá-la no plural e, portanto, “memórias coletivas”. Halbwachs sugere memórias construídas na família, na igreja, na classe social e aquelas difundidas através de marcos da História Nacional. Explica que essas memórias coletivas sobrevivem em constante transformação no espaço e no tempo, assim como as relações dos indivíduos nos grupos sociais que também produzem mudanças no decorrer das diferentes gerações destes grupos. Desta forma, cada indivíduo pode construir uma memória particular sobre as experiências que viveu no grupo, mas a memória social sempre será exterior à memória do indivíduo. Ela poderá criar pontos de intersecção entre a memória de todos os indivíduos do grupo e ao mesmo tempo ser definida fora do indivíduo.

O autor separa História de Memória e abomina o termo “Memória Histórica”, argumentando que são duas coisas de naturezas diferentes. Enquanto para Maurice Halbwachs a memória está no movimento da vida, a História – referindo-se ao Historicismo do século XIX – a congela em túmulos, classificando o passado em épocas.

Michel Pollak, pesquisador contemporâneo que tem marcado os estudos sobre memória, principalmente no campo da História Oral, no Brasil, é um grande leitor de Maurice Halbwachs. Michel Pollak contrapõe-se às ideias de Halbwachs a partir dos estudos sobre memória, na História Oral. Para ele, não se trata de “coisificar” os fatos históricos – como a sociologia durkheimiana veio trabalhando –, mas considerar o processo de solidificação desses fatos, quem dá a eles esse sentido de verdade e a quem interessa esse sentido. Algo semelhante à crítica anteriormente apresentada por Marc Bloch, quando esse falava da ação do Historiador. Pollak destaca a existência de uma disputa de memórias e a predileção dos historiadores atuarem no local dessas tensões.

Essa tensão, marcada pelas decisões sobre o que tornar memória disponível e o que transformar em esquecimento, coloca o problema das “memórias subterrâneas”. Essas memórias se opõem à memória nacional – memória coletiva legitimada pelo Estado e que para Halbwachs seria a forma mais completa de uma memória coletiva - e são trabalhadas na intimidade dos grupos menores como as famílias. São memórias que significam alguma vergonha, algum escárnio, alguma humilhação e por isso são silenciadas ou sussurradas no interior dos grupos. Essas são excluídas da memória coletiva nacional.

Pollak descreve, a partir de Henry Rousso, outro tipo de memória que trabalha a favor da memória nacional – a memória enquadrada. Esse enquadramento, ele diz, não pode ser



arbitrário, mas os sentidos da memória precisam ser cuidadosamente mantidos dessa ou daquela maneira, revistos quando necessário, para que o processo de justificação da História do grupo seja garantido em equilíbrio. O autor cita a produção fílmica, por exemplo, como instrumento de enquadramento de uma memória coletiva, que pode re-significar memórias e promover esquecimentos.

Embora não tenham utilizado os mesmos referenciais epistemológicos de Michel Pollak, Pierre Ansart e Sandra Pesavento chegaram a um lugar muito semelhante ao considerarem os afetos que as memórias ressentimentos podem provocar. Pollak considerou essa possibilidade ao tratar o enquadramento da memória como um movimento de negociações de sentidos que permite a revisão da memória coletiva nacional e ao mesmo tempo atua no eufemismo de possíveis memórias subterrâneas. Para Ansart e Pesavento, a memória ressentimento é aquela dor sentida várias vezes e, cada vez que é repetida, marca uma diferença que reforça ódios, ciúmes e invejas.

Ao atuar na História Cultural, Pierre Ansart (2001) utiliza autores como Max Scheler, Robert Merton, Nietzsche e Freud para conceituar a memória ressentimento e aponta uma questão fundamental, qual seja, a dificuldade de aceitar que um sentimento que “sublimamos a intensidade e a força, não tenha consequências nem manifestações nas condutas dos indivíduos”. (ANSART, 2001, p. 19) Deixa claro ainda que, as memórias ressentimentos são diferentes de esquecimentos. As coisas vividas e não destacadas na memória nacional podem ser esquecimentos e, se assim forem, até que alguém as lembre, estão esquecidas. As memórias ressentimentos também não são lembradas na memória nacional, mas continuam existindo no interior dos grupos sociais, e a cada vez que é rememorada, evoca uma pulsão inconsciente.

No mesmo campo de pesquisa, Sandra Pesavento estuda a memória ressentimento observada a partir da literatura. Ela tem a literatura do Rio Grande do Sul, da metade do século XIX e início do século XX, o local onde aquela cultura encontrou para expressar certa coesão social, uma comunidade simbólica, traços, indícios de ufanismo e ressentimentos em relação à memória nacional do período. Ao trabalhar com a memória, os historiadores da cultura a colocam na ordem das sensibilidades. Quando Pollak levanta o problema das tensões entre memórias, e Pesavento e Ansart as tratam no âmbito das sensibilidades e colocam em evidência, em verdade, a questão da memória individual.

A crítica que Halbwachs fez ao conceito de “memória pura” elaborado por Henri Bergson, tem associado este último diretamente ao conceito de memória individual. Paralelo a



esse sentido, historiadores vêm estudando e visibilizando as políticas disciplinares que, desde o século XVII, vêm produzindo um tipo de individualidade, além das críticas frequentes às políticas econômicas capitalistas que privilegiam o indivíduo. Talvez esteja aqui localizada certa resistência a releituras de Henri Bergson, no campo das ciências humanas, como a tudo que possa se concentrar no indivíduo. Por outro lado, esses profissionais utilizam nas pesquisas históricas os estudos produzidos na psicologia social que consideram tanto as leituras de Halbwachs, quanto às de Bergson. As obras de Ecléa Bosi e Jacques Le Goff são exemplos disso. Apesar de Halbwachs, ao construir o conceito de memória social, ter criticado o conceito de “memória pura” elaborado por Henri Bergson, associando-o diretamente ao conceito de memória individual, estudiosos como Ecléa Bosi e Le Goff consideram em suas obras as leituras destes dois pensadores.

Como filósofo, Henri Bergson inovou, no século XIX, os conhecimentos acerca da psicologia – ciência recém-formada em sua época –, tendo como objeto o tempo vivido. Apresentou a importância das imagens que construímos daquilo que percebemos através dos nossos sentidos e que podem ser transformadas em ação no próprio corpo. Ele diz: “Chamo de matéria o conjunto de imagens, e de percepção da matéria essas mesmas imagens relacionadas à ação possível de certa imagem determinada, meu corpo”. (BERGSON, 1999, p. 17). Dessa forma, rompeu com as ideias anteriores que localizavam a memória em algum lugar no cérebro, mas amplia e dá complexidade a ela, corporificando-a.

A emergência dos conceitos de memória-hábito e lembrança foi outra grande contribuição de sua obra. Por um lado temos a memória-hábito que está relacionada àquelas ações motoras que vamos apropriando, e a lembrança são aquelas imagens que nos ocorrem, indiferentes da memória-hábito, e que parecem reconstituir um passado vivido. A memória-hábito é apreendida por repetição, e diz respeito à educação/adestramento que recebemos na família, na igreja, na escola. São responsáveis pela capacidade de falar, de dirigir, de nos portar publicamente, etc. A lembrança é visitada pela memória-imagem que guardamos do passado, invade nosso consciente e somos capazes de desenhar os acontecimentos do passado, “seus contornos, sua cor e seu lugar no tempo”. (BERGSON, 1999, p. 97). Portanto, é preciso destacar que para Bergson, o passado é sempre virtual e as imagens que se lembra dele são apenas atualizações. Entre uma memória que imagina e outra que repete está o próprio corpo que confere ao presente o espaço de interesse e impulso de ações, e ao passado a impotência e o espaço passivo da percepção e de corte de imagens.



Ecléa Bosi apropria-se desses dois conceitos de memória elaborados por Bergson e, na contramão daqueles que debruçam suas críticas à “memória pura” em contraposição à “memória social”, ela deixa possibilidades para o leitor interpretar que ao falar de imagens, não se deve esquecer que as relações sociais e coletivas são imagens construídas sobre esses coletivos. Dessa forma, os estudos que se apropriam do conceito de memória vindo de Bergson, e aqueles que preferem o conceito de memória vindo de Halbwachs, possuem diferenças pela natureza da posição epistemológica dos autores, mas não se excluem.

Desde o lançamento da obra “Memória e Sociedade. Lembrança de Velhos”, historiadores têm se ancorado nas obras de Ecléa Bosi, em especial, os historiadores que trabalham no campo da História Oral. A autora marca seu brilhantismo exatamente no exercício de entender a memória no limiar entre a memória social, coletiva, e a memória individual, reelaborada pelo indivíduo. Considera as marcas sociais na memória: a temporalidade, a ideologia ou as matrizes interpretativas dos fatos históricos, mas ao perceber a forma como as memórias são trabalhadas por cada um dos indivíduos, o que cada um lembra e, a forma como cada um lembra, marca seu texto com a potência de comover o leitor. Ecléa não inventa um novo conceito de memória que resolva a tensão entre o coletivo e o individual, apenas trabalha com maestria no intervalo da incerteza. Ali onde a percepção dos sentimentos produz a vida.

Outro pensador que trabalhou entre os conceitos de memória de Halbwachs e Bérqson, foi o historiador Jacques Le Goff. Mesmo esclarecendo que o conceito de memória coletiva lhe era mais interessante, ele não deixou de afirmar que “a memória, como propriedade de conservar certas informações, remete-nos em primeiro lugar a um conjunto de funções psíquicas, graças às quais o homem pode atualizar impressões ou informações passadas, ou que ele representa como passadas” (LE GOFF, 2003, p. 419). E, ainda reconhece como importante os estudos sobre a construção individual da memória enquanto cognição, elaborados por Piaget e Inhelder (LE GOFF, 2003, p. 420-421).

Outro ponto de tensão que envolveu seus estudos foi aquele entre Halbwachs e Marc Bloch., quando o último criticou a metodologia sociológica utilizada por Halbwachs, destacando a ação dos historiadores na construção de memórias. Nesse sentido, Le Goff orienta-se pelos estudos do segundo e considera a confecção de uma memória pelos historiadores e instituições. A partir dessa consideração apresenta as memórias construídas em grupos que dominam a escrita, como por exemplo, as instituições-memórias construídas pelos reis: arquivos, bibliotecas e museus. Seguindo uma História linear, vai apresentando as



múltiplas formas de preservação das memórias coletivas de grupos: as festas medievais; o culto aos mortos na Revolução Francesa; as fotografias e postais do início do século XX e faz uma revisão historiográfica concluindo que a história cresce da memória e a alimenta com a intenção de salvar o passado, servir ao presente e ao futuro. Ele termina dizendo: “Devemos trabalhar de forma que a memória coletiva sirva para libertação e não para a servidão dos homens” (LE GOFF, 2003, p. 471).

Numerosos autores para memorar um pouco do que vem sendo estudado sobre a memória no campo da História e do Patrimônio Cultural. Não é necessário lembrar-se de todos para perceber que o que importa é como esses conceitos mobilizam o trabalho com a memória e o Patrimônio Cultural. Ao pensar a memória como algo múltiplo, dinâmico, construído na tensão entre o individual e o social, entre lembrar e esquecer se concorda com Andreas Huyssen, quando ele sugere trabalhar as diversas memórias produzidas sobre um mesmo acontecimento, lidar com a variedade de fontes, sem fragmentá-las, mas contrapondo-as para gerar reflexão efetiva, posicionamento do “eu” no mundo, do “eu” frente aos outros e suas diferentes práticas sociais.

[...] sem memória, sem a leitura dos restos do passado, não pode haver o reconhecimento das diferenças, (...) nem a tolerância das ricas complexidades e instabilidades de identidades pessoais e culturais, políticas e nacionais [...] (HUYSSSEN, 2000, p. 72)

Para encaminhar o trabalho a favor das Histórias de Vida como patrimônios culturais, faz-se necessário conhecer a sensibilidade temporal dos sujeitos da pesquisa no intuito de mobilizá-la em favor do resgate das memórias da sua própria História. Joel Candau (2011) defendeu argumentos de que a aprendizagem sobre o mundo, sobre a cultura de um grupo se faz a partir de certa transmissão de memórias, que poderiam ser também entendidas como experiências do grupo. A aprendizagem de que a “adaptação do presente ao futuro organizada a partir de uma reiteração do passado” levaria a construção de uma identidade. O autor problematiza os argumentos essencialistas da memória e da identidade e radicaliza a favor de arranjos sociais da memória e da identidade. O que lembrar? o que esquecer? o que privilegiar? e descartar em um grupo social? Perguntas que fazem parte do jogo político da memória.

Em especial para esse trabalho se mostra potente os estudos acerca das memórias familiares e reapropriações dessas memórias pelas gerações que, segundo o autor, vão desencadeando o que ele chama de “totalização provisória de seu passado” que é o jogo da



construção da identidade e alteridade do sujeito que memora. É nesse jogo que os sujeitos fundam uma narrativa de existência e se sentem pertencer uma cadeia de gerações sucessivas da qual o grupo ou o indivíduo se sente herdeiro. Uma sensação de certeza de um vínculo com um passado e uma perspectiva de futuro que o impulsiona no presente a jogar no jogo da memória e da identidade. A História de vida pode ser entendida como um ousado alcance nesse tabuleiro da memória. Nessa perspectiva individual a memória individual e a identidade podem ser entendidas nos espaços reduzidos das articulações familiares, no desejo de participar desse constructo familiar de memórias. No entanto, os estudos acerca da memória também coletiva, em arranjos muito mais complexos novas perspectivas são considerados nesse jogo identitário. Existe um grupo social maior que a família que comunga de experiências semelhantes às aquelas narradas em Histórias de Vidas. Joel Candau ao expor resultados de pesquisas com memórias de pessoas que experimentaram tragédias vincula a capacidade dessas memórias de agregar os semelhantes ou repelir os opostos, como o caso dos filhos de deportados e herdeiros de memórias do horror e filhos de carrascos herdeiros de memórias envenenadas. Esses dados deixam pistas a essa pesquisa de que as experiências dos doentes de Esclerose Múltipla, partilhadas em grupo, implicam em um dever de memória e na potencialidade de construção de construção de laços de pertencimento e identidade.

A (AUTO) BIOGRAFIA NO CAMPO DA SAÚDE

A natureza da empiria da pesquisa a que se trata esse artigo exige um diálogo com o campo da saúde, como já mencionado anteriormente. Embora não seja tradição a ciência médica se ocupar de questões mais subjetivas das pessoas doentes o médico e Dr. Christophe Niewiadomski tem ousado apresentar seus argumentos a favor das pesquisas com Histórias de Vida. Sua postura evidencia os limites do trabalho do profissional da saúde diante de questões macrossociais que não podem ser ignorados e defende que “a doença não pode reduzir-se a uma perspectiva objetivadora” (NIEWIADOMSKI, 2012, p. 137) apenas e propõe como complemento das práticas clínicas biomédicas o que ele apresenta como um “campo de práticas reagrupadas sob o termo de ‘narrativa medicinal’ deixando muito oportunamente um lugar à dimensão biográfica” (NIEWIADOMSKI, 2012, p. 138).

Com um argumento na psicanálise Niewiadomski continua seu argumento na potencialidade da linguagem em situar o sujeito num registro simbólico a partir da “falta de



ser”, da demanda, do desejo nunca saciado, mas ávido por fazer-se ser. Nomina de narrativa de formação essa biografia que dá acesso a maneira como os indivíduos registram suas experiências de formação, como se faz em uma constante. Essa medicina narrativa a História de vida do paciente

permite-lhe apreender melhor os desafios biográficos dos problemas postos pela doença e atrai a atenção não mais unicamente sobre a norma biológica em matéria de saúde, mas sobre a normatividade, isto é, [...] sobre a relação afetiva que o paciente mantém com seu problema” (NIEWIADOMSKI, 2012, p. 140).

Dessa forma interessa a essas pesquisas médicas a forma como, no mundo contemporâneo, esses sujeitos significam a doença. Como se representa a si mesmo diz respeito a dois registros de conhecimentos articulados e onde a pesquisa Memórias Múltiplas aposta na interdisciplinaridade possível: (i) o funcionamento de uma singularização, uma trajetória única de quem vive a experiência da Esclerose Múltipla e (ii) em um processo de subjetivação contemporânea muito mais relacionada com os sentidos sociais disponíveis sobre a Esclerose Múltipla.

REFLEXÕES SEMPRE MUITO PROVISÓRIAS

A perspectiva de assumir que a História possui múltiplas vozes, e sem hierarquia, ou seja, cada voz igualmente partícipe de uma teia social de onde subjetividades são construídas em forma rizomáticas é assumida nesse trabalho ao mesmo tempo em que se depara com os desafios interdisciplinares. Os campos disciplinares apresentados assumem juntos três frentes: (i) a escolha epistemológica da História de Vida como opção política entendendo que toda História é uma articulação narrativa de passagens da vida que ficaram marcadas e (ii) o compromisso com a proposta da memória em rede para que as Histórias de Vida possam ocupar uma dimensão múltipla, ou seja, entender a sociedade como uma grande teia onde cada um pode registrar sua visão e registrar um simbólico para suas experiências e (iii) a escolha do recorte empírico como opção subjetiva em uma aposta de que contar e ouvir as histórias e vida como partilha de uma experiência e possibilidade de ressignificar um presente com qualidade de vida. Essas frentes desvelam a potencialidade epistemológica dos mecanismos (auto) biográficos e a defesa das Histórias de Vida como Patrimônios Culturais e no sonho político a



que nos fala Paul Thompson “Nunca se deve subestimar o poder do compartilhamento da experiência humana” (THOMPSON, 2006. p. 41).

Referências Bibliográficas

ANSART, Pierre. História e Memória dos ressentimentos. In: BRESCIANI, Stella; NAXARA, Márcia (Orgs.). **Memória (re)sentimento**. Indagações sobre uma questão sensível. Campinas: Unicamp, 2001.

BERGSON, Henri. 1999. **Matéria e Memória**. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

BOSI, Éclea. **Lembrança de Velhos**. 12. ed. São Paulo: Cia das Letras, 2004.

_____. **O tempo vivo da Memória**. Ensaio de psicologia Social. 2. ed. São Paulo: Editorial, 2003.

HALBWACHS, Maurice. **A Memória Coletiva**. São Paulo: Vértice, 1990.

HUYSSSEN, Andréas. **Seduzidos pela Memória**: arquitetura, monumentos, mídia. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2000.

LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. 5. ed. Campinas: Unicamp, 2003.

NIEWIADOMSKI, Christophe. Alguns desafios de uma clínica narrativa em medicina e nas ciências humanas e sociais. In: CUNHA, Jorge Luiz da; VICENTINI, Paula Perin. (Orgs.). **Corpos, saúde, cuidados de si e aprendizagens ao longo da vida**: desafios (auto) biográficos. Porto Alegre; Natal; Salvador: PUCRS; UFRN; UNEB, 2012.

PESAVENTO, J. Sandra. Ressentimento e ufanismo: sensibilidade do sul profundo. In: POLLAK, Michel. Memória, esquecimento, silêncio. **Revista Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 2, n. 3, 1989.

POULOT, Dominique. **Uma história do Patrimônio no Ocidente, séculos XVIII-XXI**: do monumento aos valores. São Paulo: Estação Liberdade, 2009.

SANTOS, Boaventura de Souza. **O Discurso das Ciências**. Porto: Afrontamentos, 1985.

THOMPSON, Paul. Histórias de vida como patrimônio da humanidade. In: WORCMAN, Karen; PEREIRA, Jesus Vasques. (Coord.). **História Falada**: memória, rede e mudança social. São Paulo: SESC; Museu da Pessoa; Imprensa Oficial de SP, 2006.

VEIGA-NETO, Alfredo . Currículo, disciplina e interdisciplinaridade. **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**, Florianópolis, v. 17, n.2, p. 128-137, 1996.